



GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU

Ministério da Economia e Finanças
Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE)

RELATÓRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

(janeiro à dezembro de 2019)



Maio, 2020

Ministério da Economia e Finanças

Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE)

Site Web: www.mef.gv

RELATÓRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O presente relatório produzido pelo Ministério da Economia e Finanças, apresenta dados Estatísticos compilados e analisa a situação das finanças públicas da República da Guiné-Bissau em 2019.

Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos- DGPEE 2019

Índice

SIGLAS E ABREVIACÕES	I
GLOSSÁRIO	II
PREFÁCIO	IV
RESUMO EXECUTIVO	V
INTRODUÇÃO	1
1. RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2
1.1. Análise por natureza das receitas	2
1.1.1. Receitas correntes.....	2
1.1.2. Donativos.....	3
1.2. Análise por administração fiscal	4
2. DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5
2.1. Análise por classificação orçamental	5
2.2. Análise por classificação funcional.....	6
3. SALDO ORÇAMENTAL E AJUSTAMENTO BASE CAIXA	7
3.1. Saldo orçamental.....	7
3.2. Ajustamento base caixa	7
4. FINANCIAMENTO	8
5. DÍVIDA	9
5.1. Stock da dívida	9
5.2. Desembolsos e Pagamentos.....	10
5.2.1. Desembolsos.....	10
5.2.2. Pagamentos.....	11
6. PACTO DE CONVERGÊNCIA	12
7. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	14
7.1. Conclusão	14
7.2. Recomendações.....	14
8. PERSPECTIVAS	16
ANEXOS	17

SIGLAS E ABREVIACÕES

BAD	:	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	:	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África
BM	:	Banco Mundial
CEDEAO	:	Comunidade Económica do Estados da África Ocidental
DGA	:	Direção Geral das Alfândegas
DGCI	:	Direção Geral das Contribuições e Impostos
EU	:	União Europeia
FAD	:	Fundo Africano Desenvolvimento
FAO	:	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIDA	:	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IVA/TVA	:	Imposto sobre o Valor Acrescido
MF	:	Ministério das Finanças
PNUD	:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTF	:	Parceiros Técnicos e Financeiros
UEMOA	:	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNICEF	:	Fundo das Nações Unidas para a Infância

GLOSSÁRIO

Administração central	:	O subsector da Administração Central inclui todos os serviços administrativos do Estado e outros organismos centrais, cuja competência respeita à totalidade do território económico, com exceção da administração dos Fundos de Segurança Social. No subsector da Administração Central incluem-se os organismos sem fins lucrativos controlados pela Administração Central e cuja competência abrange a totalidade do território económico.
Finanças públicas	:	Ação de captação, gestão e execução de recursos pelo Estado para financiamento de suas atividades.
Receitas correntes	:	Receitas provenientes de tributações; de contribuições; da exploração do patrimônio de Estado; da exploração de atividades económicas (agropecuária, industrial e de serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
Donativos	:	Recursos financeiros recebidos de outras administrações públicas (nacional e estrangeira) ou organismo internacional, sem ônus, nem compromissos de continuidade.
Administração fiscal	:	Entidade do Estado encarregue de acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento das normas tributárias
Despesas correntes	:	As despesas correntes correspondem a um dos sub-agregados da despesa pública refletindo genericamente os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas. Na ótica da Estatísticas de Finanças Públicas, a despesa corrente é composta por despesas com pessoal, bens e serviços, transferências, juros e outra despesa corrente
Saldo global/orçamental	:	Corresponde à diferença entre receita total incluindo os donativos e despesa total e empréstimos líquidos
Saldo primário	:	Corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros)

Saldo primário de base	:	Corresponde a diferença entre receitas correntes e despesas correntes mais despesas de capital com financiamento interno
Ajustamento base caixa	:	Processo de redução do défice orçamental das Administrações Públicas, medido em termos estruturais, por via de medidas discricionárias de política orçamental. O ajustamento orçamental corresponde à correção efetuada ao saldo estrutural primário
Financiamento	:	Transações reembolsáveis de qual a administração pública contrata compromissos com terceiros ou adquire reivindicações para gerir o dinheiro deles.

Prefácio

O Ministério das Finanças (MF), ao assumir a Reforma das Finanças Públicas como desafio, tem trabalhado no sentido de alcançar uma maior eficácia e eficiência na prestação de serviços públicos, em colaboração com as demais unidades institucionais e parceiros. Este compromisso visa proporcionar e promover, de forma significativa, mudança organizacional e valorizar uma nova metodologia de trabalho, orientada na produção de valores associados à gestão baseada nos resultados.

O código de transparência sobre a gestão das Finanças Públicas, constitui uma diretiva essencial na formulação das políticas públicas. Assim sendo, a atual Direção Superior do MF, prioriza medidas de políticas económicas adequadas e coerentes com vista a implementação das reformas nas Finanças Públicas, que visam reforçar a capacidade da ação governativa a fim de respeitar o pacto de convergência, da estabilidade, de solidariedade e do crescimento económico a nível dos Estados membros da União Económica e Monetária da África ocidental (UEMOA).

Tal desiderato inscreve-se no esforço de aceleração e fortalecimento do crescimento económico, pressuposto incontornável no processo de redução da pobreza e de garante de uma boa gestão macroeconómica capaz de proporcionar um desenvolvimento durável e sustentável.

Com este relatório, pretende-se trazer em consideração à luz o conceito de Gestão das Finanças Públicas, nomeadamente, aquele que valoriza a aproximação da sociedade civil e o setor público administrativo na vertente de comunicação e sensibilização dos atores políticos numa perspetiva pedagógica, capaz de ajudar a compreender e acompanhar todo o processo de reforma em curso nas Finanças Públicas.

Concomitantemente, o relatório tenciona proporcionar ao público em geral, particularmente, aos parceiros de desenvolvimento, uma nova dinâmica na política de gestão da coisa pública. Finalmente, esperamos da parte dos atores políticos e económicos uma maior contribuição na integração das ferramentas de gestão a nível regional assim como no processo de saneamento das Finanças Públicas.

RESUMO EXECUTIVO

Em 2019, as Finanças Públicas foram caracterizadas por melhores resultados em relação ao ano de 2018.

As receitas totais e donativos mantiveram uma trajetória crescente tendo atingido 130.080,6 milhões de FCFA (dos quais 24 483, 94 milhões de FCFA de donativos), contra 128.597,5 milhões de FCFA em 2018 (dos quais 30.301,72 milhões de FCFA de donativos), um aumento de 1,2%.

Analisando por natureza das receitas, as receitas não tributárias aumentaram 27,9%, situando-se em 26.480,0 milhões de FCFA contra 20.708,1 milhões de FCFA em 2018. O ano fiscal beneficiou do fruto do acordo de pescas celebrado em 2018 entre o Governo da Guiné-Bissau e a União Europeia, que permitiu a entrada no tesouro público de 8.921,0 milhões de FCFA.

Quanto as receitas tributárias, as mesmas atingiram 79.116,6 milhões de FCFA, registando assim uma variação de +2,0% em relação ao período homólogo. Esta ligeira melhoria é o resultado da conjugação de dois fatores: *i) aumento na arrecadação dos impostos diretos (+19,2%), e ii) queda nos impostos indiretos de 5,5%.*

Do ponto de vista da administração fiscal, as cobranças registadas na Direção Geral das Contribuições e Impostos passaram de 36 107,3 em 2018 para 42 895,6 milhões de FCFA em 2019 (+18,8%). Este desempenho foi suportado fundamentalmente pelas melhorias no imposto sobre o rendimento (+20%) e no imposto geral sobre vendas (+18%).

Em contraste à DGCI, a Direção Geral das Alfândegas teve um desempenho de 11,2% abaixo do nível de 2018. As suas arrecadações diminuíram para 41 660,9 mil milhões de FCFA contra 46 939,5 mil milhões de FCFA em 2018. As quedas mais importantes foram registadas nos direitos de importação (-15,3%) e no imposto geral sobre vendas (-11,4%).

Quanto as receitas provenientes das pescas, elas aumentaram significativamente ao se situarem em 15 401 milhões de FCFA contra 4 776,2 milhões de FCFA em 2018 devido ao acordo de pesca acima citado. As receitas do Tesouro observaram uma tendência decrescente para se situarem em 5 739,1 milhões de FCFA contra 10 472,8 milhões de FCFA em 2018, devido a quási inexistência de venda de madeira.

(100 milhões de FCFA em 2019 contra 4 667,0 milhões de FCFA em 2018) e a ausência total de recursos provenientes de licença de telecomunicação.

Tratando-se das despesas, elas foram de 161 765,4 milhões de FCFA contra 161 352,1 milhões de FCFA no homólogo, um ligeiro aumento de 0,3% explicado, particularmente, pelos aumentos registados nas despesas correntes (+17,2%), com destaque para as despesas com o pessoal (+22,8%); outras despesas correntes (+30,5%); transferências correntes (+14,8%) e Juros da Dívida (+69,0%).

As despesas de capital diminuíram 24,6% em relação ao ano de 2018, devido as baixas registadas tanto no financiamento externo (-25,1%) bem como no financiamento interno (-14,1%).

Em termos de classificação funcional das despesas, as maiores alocações foram destinadas à função económica e financeira (48%), de defesa e soberania (24%) e a função social (15%). A função produtiva aparece como menos dotado com 1% das despesas totais.

O Saldo global “na ótica de compromissos”, resultante da diferença entre as receitas e as despesas totais, aparece negativo de 31 684,7 milhões de FCFA (-3,7% do PIB), muito embora em ligeira melhoria de 0,2 pontos percentuais comparativamente ao ano de 2018. O saldo orçamental de base (incluindo o apoio orçamental) registou um défice de 17 922,8 milhões de FCFA contra de 9 241,7 milhões de FCFA em 2018. O saldo primário apresenta igualmente um défice de 9 762,8 milhões de FCFA contra 2 276,1 milhões de FCFA em 2018. Por fim, o Saldo Primário de Base destaca um défice de 16 210,4 milhões de FCFA 4 364,7 milhões de FCFA no período homólogo de 2018.

O total de financiamento situou-se em 39 912,3 milhões de FCFA contra 33 923,5 milhões de FCFA em relação ao ano anterior, dos quais 27 411,1 milhões de FCFA representam o montante do financiamento bancário líquido e 12 501,1 milhões de FCFA correspondem ao financiamento externo líquido.

O recurso ao financiamento traduziu-se no aumento do **stock da dívida pública**, estimada em 952,27 milhões de USD contra uma estimativa de 770,61 milhões de USD em 2018, um aumento de 23,6%, fortemente impulsionado pela evolução na componente interna, +28,5%.

Como resultado desses desenvolvimentos, o Saldo Orçamental Global em percentagem do PIB nominal situou em -3,7% contra -3,9% em 2018 e a taxa de inflação, em 0,2% em média anual contra 1,4% no ano de 2018. As deteriorações foram constatadas nos seguintes rácios: dívida efetiva global sobre o PIB nominal (66,1% contra 52,8% em 2018); massa salarial em percentagem das receitas fiscais (57,4% contra 47,7% em 2018) e na taxa da pressão fiscal (9,5% contra 10,0% em 2018).

Em jeito de recomendações, destacam-se os seguintes:

- **Prosseguir os esforços na mobilização de recursos internos com a aplicação efetiva do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA/TVA UEMOA);**
- **Prosseguir com rigor e contenção na execução orçamental, bem como as reformas económicas, com vista a garantir um reengajamento duradouro da comunidade financeira internacional para apoiar os esforços do país;**
- **Prosseguir a política de desenvolvimento das redes rodoviárias e das pistas rurais para facilitar o escoamento de produtos agrícolas e promover a diversificação da base produtiva, com o objetivo de reduzir a dependência do país das exportações de caju;**
- **Acelerar a implementação dos projetos de construção de centrais elétricas bem como a reestruturação da EAGB e promover o investimento privado para animar a recuperação económica.**

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta informações sobre o estado da evolução das Estatísticas das Finanças Públicas que cobrem o período de janeiro à dezembro de 2019. Foi respeitado, no tratamento e apresentação dos dados, as regras estipuladas na Diretiva nº 2009/CM/UEMOA, relativa ao Código da Transparência sobre à Gestão das Finanças Públicas (Lei Nº 01/2015) e das Leis do Orçamento (Lei nº 02/2015), no seio da União, aprovadas pela Assembleia Nacional Popular (ANP/G.-Bissau). Com efeito, os Estados Membros são obrigados a publicar, periódica e regularmente, as informações relativas à Gestão das Finanças Públicas.

Neste relatório encontramos as estatísticas oficiais pertinentes das Finanças Públicas para uma avaliação exaustiva e tomada de decisões apoiadas numa análise consequente da situação conjuntural no quadro do seguimento da evolução dos principais agregados das Finanças Públicas.

1. RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Quadro-1: Programação e Execução das Receitas Orçamentais

PIBn 2018	DESIGNAÇÃO	JANEIRO a DEZEMBRO (em milhões Fcfa)					PIBn 2019
		Exec 2018	Prog. 2019	Exec. 2019	V.H.	Tx Exec.	
836 008,0							850 217,0
15,4	RECEITA TOTAL & DONATIVOS	128 597,5	171 387,2	130 080,6	1,2	75,9	15,3
11,8	Receitas Correntes	98 295,8	123 195,6	105 596,7	7,4	85,7	12,4
9,3	Receitas Tributárias	77 587,7	95 377,0	79 116,6	2,0	83,0	9,3
2,8	Impostos Directos	23 555,4	27 398,2	28 076,4	19,2	102,5	3,3
6,5	Impostos Indirectos	54 032,3	67 978,9	51 040,3	-5,5	75,1	6,0
2,5	Receitas não Tributárias	20 708,1	27 818,6	26 480,0	27,9	95,2	3,1
0,6	Txs. Mult. & Penalidades	5 107,8	7 000,0	6 808,3	33,3	97,3	0,8
0,2	Transferencias	1 918,9	11 805,4	10 821,5	463,9	91,7	1,3
1,0	Vendas Bens & Serviços	8 072,1	4 013,2	3 198,0	-60,4	79,7	0,4
0,7	Outras Rec. Correntes	5 609,3	5 000,0	5 652,2	0,8	113,0	0,7
3,6	Donativos	30 301,7	48 191,5	24 483,9	-19,2	50,8	2,9
0,0	Donativos Internos	-	-	-	-	-	0,0
3,6	Donativos Externos	30 301,7	48 191,5	24 483,9	-19,2	50,8	2,9
3,6	Ajuda ao Projecto	30 301,7	46 482,5	22 610,0	-25,4	48,6	2,7
-	Ajudas à Balaça de Pagamentos	0,0	1 709,0	1 874,0	0,0	109,7	0,2

Fonte: TOFE/MEF

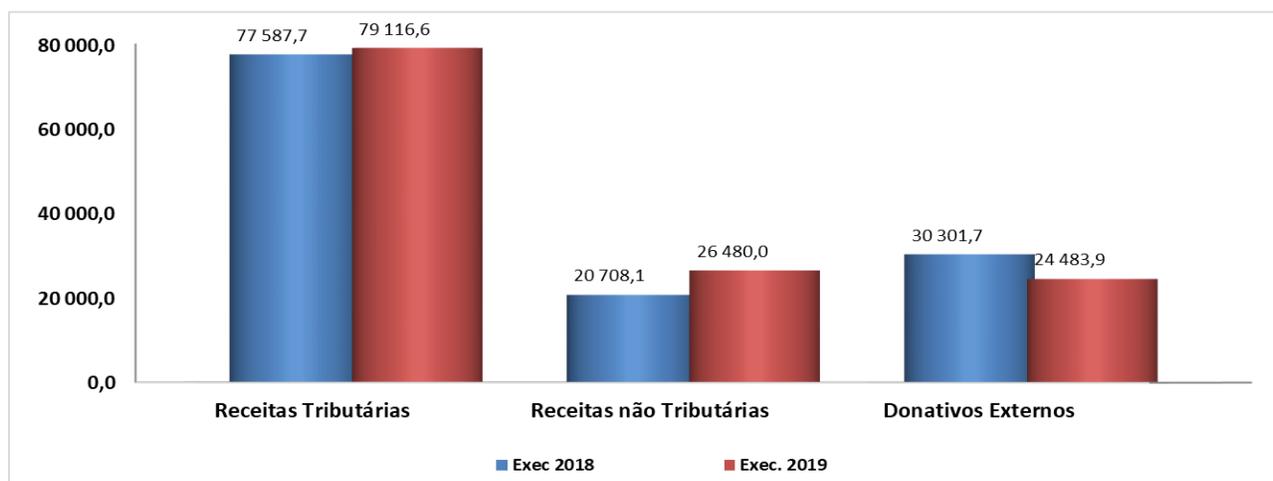
As receitas totais e donativos ascendem em 130.080,6 milhões de FCFA em 2019, contra 128.597,5 milhões de FCFA em 2018, um aumento de 1,2%. Este aumento deve-se ao crescimento de 7,4% nas receitas correntes, impulsionado particularmente pelas receitas não tributárias.

Em relação aos objetivos fixados, os resultados ficaram aquém das expectativas. A taxa de execução global é de 75,9% traduz, de certa maneira, uma dinâmica económica interna abaixo do esperado, mas também um ambiente internacional menos favorável com destaque para o financiamento aos projetos.

1.1. Análise por natureza das receitas

1.1.1. Receitas correntes

Em 2019 as receitas correntes, frutos da tributação interna, atingiram 105.596,7 milhões de FCFA contra 98.295,8 milhões de FCFA no ano de 2018, ou seja um desempenho de 7,4% atribuível a melhorias, por um lado, nas receitas não tributárias de 27,9% e, por outro lado, embora de menor escala, nas receitas tributárias de 2%.

Gráfico-1 Execução das Receitas Correntes e donativos

Fonte: TOFE/MEF

Como demonstra os gráfico-1, as receitas não tributárias registaram um aumento de 27,9%, situando-se em 26.480,0 milhões de FCFA contra 20.708,1 milhões de FCFA em 2018. De facto, o ano fiscal beneficiou do fruto do acordo de pescas celebrado entre o Governo da Guiné-Bissau e a União Europeia em 2018, que permitiu a entrada no tesouro público de 8.921,0 milhões de FCFA sob o designo «compensação Financeira». Esta operação terá sido o principal elemento explicativo da performance registada nas receitas não tributárias.

Quanto as receitas tributárias (fiscais), as mesmas atingiram 79.116,6 milhões de FCFA (74,9% das receitas correntes), o que representa uma variação de 2,0% em relação ao período homólogo. Esta ligeira melhoria é o resultado da conjugação de dois fatores:

- i) O aumento na arrecadação dos impostos diretos (+19,2%) que passou de 23.555,4 milhões de FCFA em 2018 para 28.076,4 milhões de FCFA em 2019, graças ao crescimento dos Impostos sobre o rendimento (+21,7%); e
- ii) A queda nos impostos indiretos de 5,5%, ficando assim o valor absoluto em 51.040,3 milhões de FCFA contra 54.032,3 milhões de FCFA em 2018. Essa queda está ligada as seguintes rubricas: Impostos s/Transações Internacionais (-13,9%); Impostos sobre o consumo (-1,1%); Imposto Geral s/Vendas (-1,0%).

1.1.2. Donativos

Relativamente aos donativos, no seu todo de origem externa, registaram-se uma queda de 19,2%. Esta situação explica-se, em parte, pela diminuição dos empréstimos aos projetos na ordem dos 25,4%.

De facto, o financiamento dos projetos é assegurado através de acordos, com os parceiros técnicos e financeiros, que compreendem geralmente duas componentes: empréstimo e donativos.

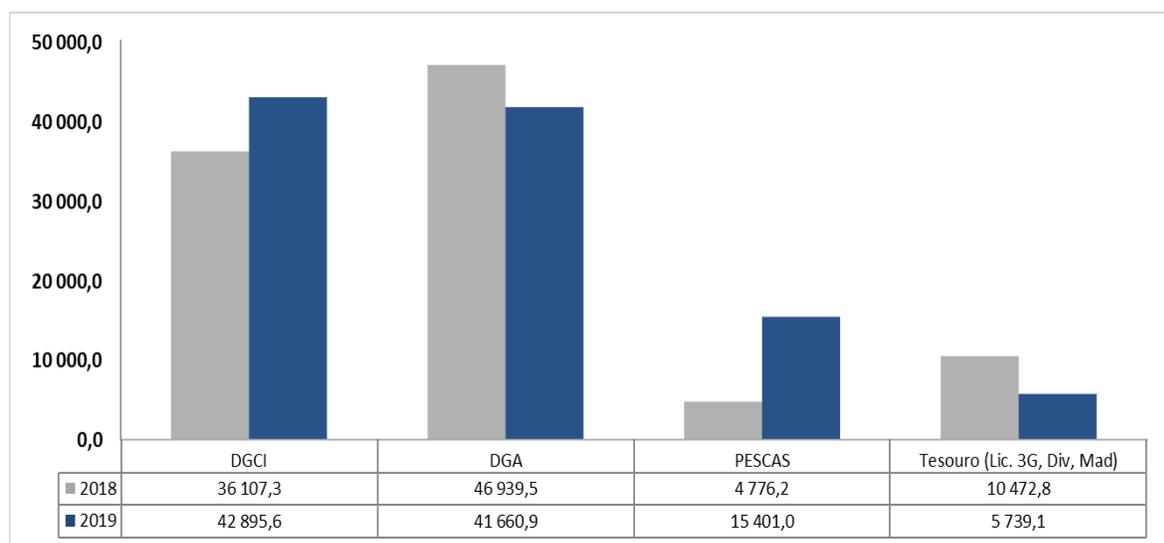
Considerando no entanto que o ano de 2019 foi marcado pela realização de duas eleições (legislativas e presidenciais), as prioridades do governo estiveram mais focadas no cumprimento dessas missões. Situação que levou a uma diminuição de novos empréstimos bem como a morosidade no desembolso dos projetos em execução.

1.2. Análise por administração fiscal

Avaliadas de forma agregada, as administrações fiscais tiveram melhor desempenho em 2019, traduzido num aumento acima mencionada de 7,4% das arrecadações totais.

Todavia, a situação ora apresentada esconde algumas disparidades que merecem uma análise caso a caso.

Gráfico-2: Repartição das receitas das administrações fiscais e outras



Fonte: TOFE/MEF.

O total das cobranças registadas na Direção Geral das Contribuições e Impostos passou de 36 107,3 em 2018 para 42 895,6 milhões de FCFA em 2019 (+18,8%). Este desempenho foi suportado pelas melhorias nomeadamente no imposto sobre o rendimento (+20%), imposto geral sobre vendas (+18%) e em multas e penalidades (+84%).

Em contraste à DGCI, a Direção Geral das Alfândegas teve um desempenho de 11,2% abaixo do nível de 2018. As suas arrecadações diminuíram para 41 660,9 mil milhões de FCFA contra 46 939,5 mil milhões de FCFA em 2018. As quedas mais importantes foram registadas nos direitos de importação (-15,3%) e no imposto geral sobre vendas (-11,4%).

Quanto as receitas provenientes das pescas, registam um aumento significativo para se situar em 15 401 milhões de FCFA contra 4 776,2 milhões de FCFA em 2018. Este aumento deve-se a entrada em vigor do novo acordo de pesca, celebrado em novembro de 2018 entre a Guiné-Bissau e a União Europeia (EU), que permitiu o país beneficiar de uma compensação financeira anual de 15,6 milhões de euros. Em troca os navios de Espanha, Portugal, Itália, Grécia e França são autorizados a pecarem nas águas territoriais guineenses.

As receitas do Tesouro, constituídas de licenças de telecomunicação; dividendos e receitas provenientes da venda de madeira, diminuíram de forma acentuada em 2019 para se situarem em 5 739,1 milhões de FCFA contra 10 472,8 milhões de FCFA em 2018. Muito embora os dividendos mantiveram estáveis, a quase inexistência de venda de madeira em 2019 (100 milhões de FCFA em 2019 contra 4 667,0 milhões de FCFA em 2018) e a ausência total de recursos provenientes de licença de telecomunicação estiveram na origem desta diminuição.

2. DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

2.1. Análise por classificação orçamental

Quadro-2: Execução das Despesas Orçamentais

PIBn 2018		JANEIRO a DEZEMBRO (em milhões Fcfa)					PIBn 2019
836 008,0	DESIGNAÇÃO	Exec 2018	Prog. 2019	Exec. 2019	V.H.	Tx Exec.	850 217,0
19,3	DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	161 352,1	197 968,5	161 765,4	0,3	81,7	19,0
12,6	Despesas Correntes	105 448,8	124 004,9	123 600,3	17,2	99,7	14,5
4,4	Despesas com Pessoal	37 026,3	42 976,1	45 475,0	22,8	105,8	5,3
4,4	Salário e Ordenado	37 026,3	42 976,1	45 475,0	22,8	105,8	5,3
2,4	Aquisição Bens e Serviços	20 046,0	19 293,0	17 232,2	-14,0	89,3	2,0
3,1	Transferências correntes	26 129,7	31 801,0	29 991,3	14,8	94,3	3,5
2,1	Outras Despesas Correntes	17 369,9	20 300,0	22 660,8	30,5	111,6	2,7
0,6	Juros da Dívida	4 876,9	9 634,8	8 241,0	69,0	85,5	1,0
12,0	Despesas correntes primárias	100 571,9	114 370,1	115 359,3	14,7	100,9	13,6
0,6	Despesas à Regularizar	5 283,6	0,0	0,0	-100,0		0,0
6,1	Desp. de Capital	50 619,7	73 963,6	38 165,1	-24,6	51,6	4,5
0,2	Desp. Capital (fin. Interno.)	2 088,7	4 000,0	1 793,2	-14,1	44,8	0,2
5,8	Desp. Capital (fin. Externo.)	48 531,1	69 963,6	36 371,9	-25,1	52,0	4,3
0,0	Empréstimos Líquido	-	-	-	-	-	-
18,7	Despesas primárias	156 475,2	188 333,7	153 524,4	-1,9	81,5	18,1

Fonte: TOFE/MEF

Em 2019, as despesas totais e empréstimos líquidos foram de 161.765,4 milhões de FCFA contra 161.352,1 milhões de FCFA no homólogo, um ligeiro aumento de 0,3%. Esta situação é explicada, particularmente, pelos aumentos registados nas despesas correntes (+17,2%). O aumento das despesas correntes tem a ver com as variações observadas nas seguintes rubricas: despesas com o pessoal (+22,8%); outras despesas correntes (+30,5%); transferências correntes (+14,8%) e Juros da Dívida (+69,0%).

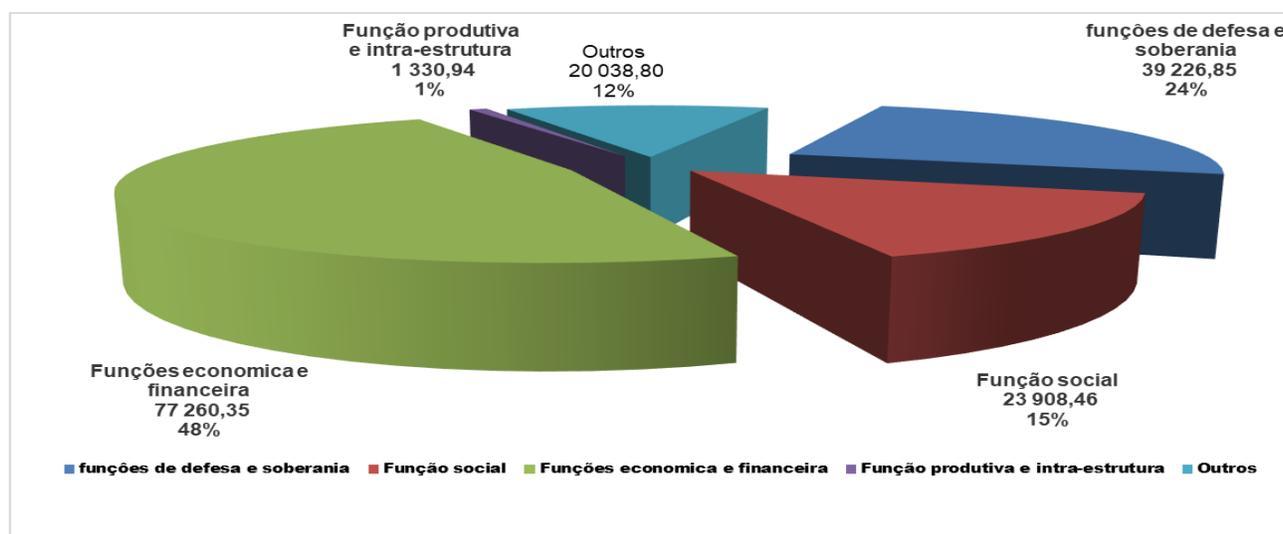
A subida das remunerações do pessoal traduz, entre outros, o impacto pleno do aumento salarial efetuado no segundo semestre do ano de 2018. Tratando-se evolução nas outras despesas correntes, elas refletem o esforço do governo em financiar às duas eleições (legislativas e primeira volta das presidenciais) realizadas em 2019. As transferências correntes foram impactadas pela transferência excepcional à EAGB no valor de 5 900 milhões de FCFA, destinada a apoiar esta entidade a fazer face as despesas correntes. O ano de 2019 foi também caracterizado por maior pagamento do serviço da dívida.

No respeitante as despesas de capital, elas diminuíram de 24,6% em relação ao ano de 2018, devido as baixas registadas tanto no financiamento externo (-25,1%) bem como no financiamento interno (-14,1%).

A componente financiamento externo é primordialmente composta de donativos aos projetos no valor de 22.609,9 milhões de FCFA, concedidos pelos seguintes parceiros: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Fundo Africano Desenvolvimento (FAD), União Europeia (UE/FED), Banco Mundial (BM), CEDEAO, Cooperação Francesa, PNUD, KINDERDOF (SOS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), FAO, BM/GEF/BADEA, FIDA, União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), Índia-Brasil e CHINA.

2.2. Análise por classificação funcional

Gráfico-3: Classificação Funcional da despesa (em % PIB)



Fonte: MEF/DGO

Em termos de classificação funcional, as maiores alocações foram destinadas a função económica e financeira (48%), de defesa e soberania (24%) e a função social (15%). A função produtiva aparece como menos dotado com 1% das despesas totais.

Em percentagem do PIB nominal em 2019¹, as dotações apresentam-se como se segue por classificação funcional: função Económica e Financeira 9,1%; função Defesa e Soberania 4,6%; função Social 2,8%; Função Produtiva e Infraestrutura 0,2% e outras funções (2,4%).

3. SALDO ORÇAMENTAL E AJUSTAMENTO BASE CAIXA

Quadro-3: Execução dos Principais Saldos e ajustamento base caixa

PIBn 2018		JANEIRO a DEZEMBRO (em milhões Fcfa)					PIBn 2019
836 008,0	DESIGNAÇÃO	Exec 2018	Prog. 2019	Exec. 2019	V.H.	Tx Exec.	850 217,0
-3,9	SALDO GLOBAL	-32 754,6	-26 581,4	-31 684,7	-3,3	119,2	-3,7
-1,1	SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	-9 241,7	-3 100,3	-17 922,8	93,9	578,1	-2,1
-0,3	SALDO PRIMÁRIO	-2 276,1	8 825,5	-9 762,6	328,9	-110,6	-1,1
-0,5	SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-4 364,7	4 825,5	-16 210,4	271,4	-335,9	-1,9
0,1	Ajustamento base caixa	595,8	-	-622,1	-204,4	-	-0,1
0,3	Resto a Pagar	2 651,0	-	11 523,7	334,7	-	1,4
-0,2	Pagamentos anos anteriores	-2 055,2	-	-12 145,8	491,0	-	-1,4

Fonte: TOFE/MEF

3.1. Saldo orçamental

Em 2019, a atividade financeira na “ótica de compromissos”, registou um saldo global negativo de 31.684,7 milhões de FCFA (-3,7% do PIB) contra um saldo global negativo de 32.754,6 milhões de FCFA em 2018 (-3,9% do PIB²), uma melhoria de 0,2 pontos percentuais.

O saldo orçamental de base (incluindo o apoio orçamental) registou um défice de 17.922,8 milhões de FCFA contra de 9.241,7 milhões de FCFA em 2018.

O saldo primário apresenta um défice de 9.762,8 milhões de FCFA contra 2.276,1 milhões de FCFA em 2018.

O Saldo Primário de Base destaca um défice de 16.210,4 milhões de FCFA 4.364,7 milhões de FCFA no período homólogo de 2018.

3.2. Ajustamento base caixa

Os atrasados constatados no pagamento das despesas do ano 2019 “resto a pagar” – não inclui atrasados do principal da dívida externa - são de 11 534,9 mil milhões de FCFA muito acima dos 2 651,0 milhões de FCFA em 2018. Este valor inclui nomeadamente os atrasados de despesas com o pessoal e de juros da dívida externa.

¹ O PIB nominal em 2019 é estimado em 850 220 milhões de FCFA “Nota de enquadramento de abril de 2020”.

² O PIB nominal em 2018 calculado após adaptação do modelo Tchintchor a nova base 2015 e ao SCN 2008 é de 836 008 milhões de FCFA

No concernente aos pagamentos efetuados em 2019 referente aos compromissos dos anos anteriores, ascenderam em 12 157,0 mil milhões de FCFA contra 2 055,2 mil milhões de FCFA em 2018.

Ao todo, o ajustamento base caixa ficou negativo de 622, 1 milhões de FCFA em 2019 contra uma posição positiva de 595,8 em 2018.

4. FINANCIAMENTO

Quadro-4: Financiamento

PIBn 2018	DESIGNAÇÃO	JANEIRO a DEZEMBRO (em milhões Fcfa)					PIBn 2019
		Exec 2018	Prog. 2019	Exec. 2019	V.H.	Tx Exec.	
836 008,0		33 923,5	75 405,0	39 912,3	17,7	52,9	850 217,0
4,1	FINANCIAMENTO						4,7
2,1	Financiamento Interno	17 599,8	51 924,0	27 411,1	55,7	52,8	3,2
2,1	<i>Financ. Bancário</i>	17 599,8	51 924,0	27 411,1	55,7	52,8	3,2
0,8	Banco Central	6 611,9	-	-7 126,9	-207,8	-	-0,8
0,8	Δ depósito Estado+FMI	6 611,9	-	-7 126,9	-207,8	-	-0,8
1,3	Banco Comerciais	10 987,9	51 924,0	34 538,0	214,3	66,5	4,1
-0,9	Depósitos nos Bancos	-7 166,4	-	2 831,0	-139,5	-	0,3
-0,9	depósitos do tesouro	-7 166,4	-	2 831,0	-139,5	-	0,3
0,0	Amort. Dos Bancos	-	-	-	-	-	0,0
2,2	Concours dos Bancos	18 154,3	51 924,0	31 707,0	74,7	61,1	3,7
0,0	<i>Financ. não Bancário</i>	-	-	-	-	-	-
2,0	Financiamento Externo	16 323,6	23 481,0	12 501,2	-23,4	53,2	1,5
2,2	<i>Financ. aos Projectos</i>	18 229,4	23 481,0	13 761,9	-24,5	58,6	1,6
0,0	<i>Financ. aos Programa</i>	-	-	-	-	-	0,0
	<i>Warchip</i>	0,0	0,0	600,0	-	-	
	<i>Amort. Corr. Exigível</i>	-1 902,0	-	-4 761,2	-	-	
	<i>Reembolso do Principal</i>	-1 905,7	-	-1 860,7	-	-	
-0,0	<i>Var.N.atr.Amort.</i>	-3,8	0,0	2 900,5	-76 714,1	0,0	0,3
0,2	GAP	1 764,6	48 823,6	7 605,5	331,0	15,6	0,9

Fonte: TOFE/MEF

Para financiar o défice, o Estado recorreu aos instrumentos tradicionais ao seu dispor. Trata-se por essencial de financiamento bancário, via empréstimo direto bem como via o mercado de Obrigações e de Bilhetes do Tesouro. O recurso aos empréstimos junto dos PTF, via projetos de desenvolvimento, também constituiu alternativas de financiamento das despesas públicas em 2019.

Assim, o total de financiamento situou-se em 39.912,3 milhões de FCFA contra 33.923,5 milhões de FCFA em relação ao ano anterior, dos quais 27.411,1 milhões de FCFA representam o valor do financiamento bancário líquido (financiamento interno) e 12.501,1 milhões de FCFA correspondem ao financiamento externo líquido, proveniente dos seguintes credores: BAD, FAD, BOAD, FIDA e do BM.

Os atrasados em termos de amortização do principal da dívida externa situaram-se em 2.900,4 milhões de FCFA.

5. DÍVIDA

5.1. Stock da dívida

Quadro-5: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)

	31/12/2018	31/12/2019
Multilateral	349,28	444,16
Bilateral	91,14	90,63
Exim-bank India	24,35	24,47
TOTAL 1	464,77	559,25

Quadro-6: Stock da Dívida Interna (em milhões de Dólares USD)

	31/12/2018	31/12/2019
BOAD-DIREITO ADESAO	27,79	26,06
BCEAO	169,37	164,50
Banco Comerciais	4,10	23,48
Obrigações & Bilhetes de Tesouro	104,58	146,10
Outras dívidas internas	-	32,88
TOTAL 2	305,84	393,02

TOTAL GERAL (1+2)	770,61	952,27
--------------------------	---------------	---------------

Fonte: MEF/DGDP

Em 2019, o estoque da dívida pública total é estimado em 952,27 milhões de USD contra uma estimativa de 770,61 milhões de USD em 2018, um aumento de 23,6%. Admite-se, porém, que a parte interna possa ser ligeiramente subestimada devido ao apuramento em curso sobre esta parcela, sob tutela da Direção Geral da Dívida Pública. O ritmo de crescimento do passivo do Estado em 2019 foi maior no segmento interno, +28,5% contra +20,3% na parte externa.

O acima exposto traduz o forte recurso do Estado ao mercado de títulos para, em parte, financiar as suas despesas em 2019.

5.2. Desembolsos e Pagamentos

5.2.1. Desembolsos

Quadro-7: Desembolso da Dívida Externa (em milhões de FCFA)

ORGANISMO	2018	2019
BANCO MUNDIAL- IDA	13 825,99	4 233,26
B O A D	29 118,80	8 623,50
B A D	1 810,35	454,33
FIDA	2 505,11	450,81
TOTAL GERAL	47 260,25	13 761,90

Fonte: MEF/DGDP

Os desembolsos aos projetos em 2019 foram de 13 761,90 milhões de FCFA contra 47 260,25 milhões de FCFA em 2018. Este montante reparte-se do seguinte modo por projeto:

- Banco Oeste Africano para o Desenvolvimento (BOAD), 8 623,50 milhões de FCFA, absorvidos essencialmente pelo projeto de construção da estrada de Buba-Catio; projeto de promoção de rizicultura a favor de jovens “PPRFJ” e projeto de reforço das capacidades de produção da energia elétrica (central térmica à fuel 15 MW);
- Banco Mundial (BM/IDA), 4 233,26 milhões de FCFA, atribuídos nomeadamente para o projeto de urgência para a melhoria dos serviços de eletricidade e água "PUASEE"; o projeto regional de acesso a eletricidade "PRAE"; o projeto para educação de qualidade para todos; o projeto de fortalecimento dos serviços de saúde materno-infantil e o projeto de desenvolvimento dirigido pelas comunidades (PDDC);
- Banco Africano de desenvolvimento com 454,33 milhões de FCFA destinados ao projeto de desenvolvimento da cadeia de valor de arroz (PDCV-arroz); projeto de melhoria de serviço de eletricidade em Bissau "PASEB"; projeto de desenvolvimento do sistema de distribuição de eletricidade na cidade de Bissau e projeto de apoio ao reforço das capacidades de administração "PARCA";
- FIDA, 450,81 milhões de FCFA a favor do projeto apoio ao desenvolvimento económico das regiões sul "PADES".

5.2.2. Pagamentos

Quadro-8: Reembolso da Dívida Externa

ORGANISMO	2018			2019		
	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
Ano Corrente	3 169,40	2 076,90	5 246,29	3 146,51	1 662,98	4 775,84
B A D E A	156,99	-	156,99	-	-	-
B I D	254,97	-	254,97	147,17	-	147,17
BM- ida	4,06	33,57	37,63	490,84	305,40	796,24
B O A D	603,63	895,54	1 499,17	418,31	762,62	1 180,93
BAD	-	-	-	-	22,58	22,58
B A D (FSN)	30,53	35,62	66,14	21,44	17,76	39,20
FMI	1 298,63		1 298,63	1 285,80	-	1 285,80
FIDA	-	11,05	11,05	-	16,21	16,21
FAD	253,41	266,12	519,53	381,16	246,03	627,20
EXIM-BANK-TAIWAN	567,19	40,29	607,48	296,22	36,89	333,11
EXIM-BANK-INDIA	-	556,39	556,39	-	-	-
KUWAIT FOUND	-	123,12	123,12	-	95,27	95,27
ABU DHABI	-	-	-	-	36,05	36,05
CEDEAO	-	-	-	53,24	10,47	63,72
CDEAO (BIDC)	-	-	-	52,32	10,60	62,93
LIBIA	-	-	-	-	33,66	-
SAUDI FOUND	-	115,20	115,20	-	69,44	69,44
Anos Anteriores	3,79	0,00	3,79	-	11,24	11,24
BADEA	-	-	-	-	-	-
BID	3,79	-	3,79	-	-	-
BOAD	-	-	-	-	11,24	11,24
TOTAL GERAL	3 173,2	2 076,9	5 250,1	3 146,51	1 674,2	4 787,07

Fonte: MEF/DGDP

O pagamento do serviço da dívida externa foi de 4 787,07 milhões de FCFA (dos quais 1 285,80 a favor do FMI) em 2019 contra 5 250,1 milhões de FCFA em 2018 (dos quais 1 298,63 a favor do FMI). 3 146,51 Milhões de FCFA foram alocados para as amortizações do capital vencidas e 1 674,2 milhões de FCFA para os juros, sendo que 11,24 milhões de FCFA consagrados ao apuramento dos atrasados dos anos anteriores.

6. INDICADORES DE CONVERGÊNCIA

Os Quadros-9 apresentam os indicadores do pacto de convergência bem como suas metas adotadas pela cimeira dos chefes de Estados e do Governo da UEMOA em 2015. Este pacto que vincula todos os Estados Membros da União, incide nomeadamente, sobre o alargamento do horizonte da Convergência, do alinhamento e reforço das políticas orçamentais.

Quadro-9: Critérios de Convergência

INDICADORES	Anual	jan. a dez.	
	Norma	2018	2019
Critérios de Primeira Ordem			
Saldo Orçamental global / PIB	$\geq -3\%$	-3,9	-3,7
Taxa de Inflação média anual	$\leq 3\%$	1,4	0,2
Dívida Pública total/ PIB ³	$\leq 70\%$	52,8	66,1
Critério de segunda ordem			
Massa Salarial /Receitas Fiscais	$\leq 35\%$	47,7	57,4
Pressão Fiscal	$\geq 20\%$	10,0	9,5

Fonte: MEF/DGPEE/INE/DGDP

³ A taxa de câmbio em relação ao Dólar, em dezembro: 2019 (590,00 FCFA) e em 2018 (573,02 FCFA). O PIB nominal é de 850,217 bilhões de FCFA em 2019 e 836,008 bilhões de FCFA em 2018.

Da tabela acima, conclui-se o seguinte:

Primeiro: uma ligeira melhoria do rácio Saldo Orçamental Global em percentagem do PIB nominal, -3,7% contra -3,9% em 2018.

Segundo: a atividade económica decorreu num clima moderado de preço, tendo-se registado um baixo nível de inflação, 0,2% em média anual contra 1,4% no ano de 2018.

Terceiro: a deterioração do rácio da dívida efetiva global (externa e interna) sobre o PIB nominal, 66,1% em 2019 contra 52,8% em 2018.

Quarto: o aumento da massa salarial em percentagem das receitas fiscais para 57,4% contra 47,7% em 2018.

Quinto: uma baixa da taxa da pressão fiscal para 9,5% contra 10,0% no período homólogo de 2018.

7. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

7.1. Conclusão

Em 2019 registou-se uma ligeira melhoria nas arrecadações públicas, elevando assim o nível das receitas totais (incluindo donativos) para 130 080, 63 milhões de FCFA, uma performance de +1,2% em comparação com o ano de 2018, muito embora abaixo do nível do programado (274 205, 72 mil milhões de FCFA).

A dinâmica acima referida foi estimulada pela progressão das receitas correntes (+7,4%), com destaque para as receitas não tributárias (+27,9%) e, em menor escala, as receitas tributárias (+2,0%). O desempenho assim registado na mobilização de receitas internas permitiu compensar a queda dos donativos (-19,2%).

Quanto as despesas totais, a trajetória observada traduz maior seletividade e contenção. A execução (161 765, 37 milhões de FCFA) representa 81,7% da programação (197 968, 52 milhões de FCFA) e está apenas a 0,3% acima do nível de 2018 (161 352, 13 milhões de FCFA) não obstante o contexto caracterizado pela realização de duas eleições (legislativas e presidenciais).

Por um lado, constata-se um aumento nas despesas correntes, impactado pelas essencialmente pelas evoluções nas rubricas massa salarial (+17,2%) e outras despesas correntes (+30,5%). Reflexo, entre outros, do impacto das eleições e da implementação da carreira docente. Por outro lado, houve uma redução dos investimentos em 2019 que se traduziu pela diminuição das despesas de capital em 24,6% comparativamente ao ano de 2018.

Ao todo, o défice global (base engajamento) situou-se em -31 684, 75 milhões de FCFA, ou seja -3,73% do PIB, em melhoria em relação ao ano de 2018 (-4,1%).

O financiamento do défice foi assegurado graças ao recurso ao mercado bancário (empréstimo direto) bem como ao mercado de Obrigações e de Bilhetes do Tesouro. O recurso aos empréstimos junto dos PTF, via projetos de desenvolvimento, também constituiu alternativas de financiamento das despesas públicas em 2019.

7.2. Recomendações

Com vista a materialização dos objetivos de redução da pobreza tanto almejado pelo Governo, recomenda-se o seguinte:

- Prosseguir os esforços na mobilização de recursos internos com a aplicação efetiva do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA/TVA UEMOA);

- Continuar a melhoria do perfil do gasto público nas linhas da dinâmica registada nestes últimos anos relativamente a despesas não tituladas e melhorar o sistema de aquisição de bens e serviços com vista a maior seletividade das despesas;
- Prosseguir as reformas econômicas, com vista a garantir um reengajamento duradouro da comunidade financeira internacional para apoiar os esforços de recuperação econômica;
- Priorizar os projetos cujos resultados possam ser vistos em breve com destaque para os projetos setoriais estruturantes em torno do desenvolvimento do potencial da produção agrícola;
- Prosseguir a política de desenvolvimento das infraestruturas de apoio a produção, em particular o alargamento da rede rodoviária e das pistas rurais para facilitar a escoamento de produtos agrícolas;
- Priorizar os investimentos nos domínios sociais nomeadamente na saúde e educação;
- Acelerar a implementação dos projetos de construção de centrais elétricas bem como a reestruturação da EAGB;
- Promover a diversificação da base produtiva, com o objetivo de reduzir a dependência do país das exportações de caju
- Promover o investimento privado

8. PERSPECTIVAS

Com o surgimento da pandemia COVID-19, as perspectivas de crescimento económico são demasiadas incertas. Segundo apontam os trabalhos do Comité de enquadramento macroeconómico realizado em abril de 2020, a economia guineense sofrerá uma retração de 1,9% em 2020.

A Guiné-Bissau, assim como todos os outros países do mundo, enfrentará desafios sérios relacionados com o impacto económico, social e na saúde na sequência da pandemia. Tendo em conta essas considerações, as perspectivas das Finanças Públicas só podem inscrever-se nas recomendações de políticas económicas que permitem ao Governo ajudar a ultrapassar esses efeitos e promover o crescimento sustentável.

Assim, a nível das receitas, muito embora se espere uma redução drástica por causa do abrandamento da atividade económica de modo geral, os esforços devem ser prosseguidos no sentido de limitar ao máximo a queda perspectivada. O Governo deve poder tirar proveito das iniciativas por parte dos parceiros, em geral, e dos credores, em particular, para mobilizar financiamentos externos em condições preferências com vista a colmatar o défice orçamental.

Relativamente as despesas, elas devem ser orientadas principalmente para as medidas necessárias para prevenir e combater de forma eficaz a pandemia, suportar a economia e promover a recuperação; reforçar a resiliência do sistema de saúde; ajudar a preservar os postos de trabalho e garantir a proteção social; apoiar o setor empresarial na recuperação e relançamento das suas atividades.

Contudo, assim que as condições económicas o permitam, o país deve mudar o foco para alcançar uma posição orçamental prudente de forma a preservar a sustentabilidade das contas públicas.

ANEXOS

QUADRO-10: QUADRO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

		JANEIRO a DEZEMBRO (em milhões Fcfa)					PIBn 2019
836.008,0	DESIGNAÇÃO	Exec 2018	Prog. 2019	Exec. 2019	V.H.	Tx Exec.	850.217,0
15,4	EITA TOTAL & DONATIVOS	128.597,5	171.387,2	130.080,6	1,2	75,9	15,3
11,8	Receitas Correntes	98.295,8	123.195,6	105.596,7	7,4	85,7	12,4
9,3	Receitas Tributárias	77.587,7	95.377,0	79.116,6	2,0	83,0	9,3
2,8	Impostos Directos	23.555,4	27.398,2	28.076,4	19,2	102,5	3,3
6,5	Impostos Indirectos	54.032,3	67.978,9	51.040,3	-5,5	75,1	6,0
2,5	Receitas não Tributárias	20.708,1	27.818,6	26.480,0	27,9	95,2	3,1
0,6	Txs. Mult. & Penalidade	5.107,8	7.000,0	6.808,3	33,3	97,3	0,8
0,2	Tranferencias	1.918,9	11.805,4	10.821,5	463,9	91,7	1,3
1,0	Vendas Bens & Serviços	8.072,1	4.013,2	3.198,0	-60,4	79,7	0,4
0,7	Outras Rec. Correntes	5.609,3	5.000,0	5.652,2	0,8	113,0	0,7
3,6	Donativos	30.301,7	48.191,5	24.483,9	-19,2	50,8	2,9
0,0	Donativos Internos	0,0	0,0	0,0			0,0
3,6	Donativos Externos	30.301,7	48.191,5	24.483,9	-19,2	50,8	2,9
3,6	Ajuda ao Projecto	30.301,7	46.482,5	22.610,0	-25,4	48,6	2,7
0,0	Ajudas à Balaça de Pag	0,0	1.709,0	1.874,0	0,0	109,7	0,2
19,3	DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ	161.352,1	197.968,5	161.765,4	0,3	81,7	19,0
12,6	Despesas Correntes	105.448,8	124.004,9	123.600,3	17,2	99,7	14,5
4,4	Despesas com Pessoal	37.026,3	42.976,1	45.475,0	22,8	105,8	5,3
4,4	Salário e Ordenado	37.026,3	42.976,1	45.475,0	22,8	105,8	5,3
2,4	Aquisição Bens e Serviço	20.046,0	19.293,0	17.232,2	-14,0	89,3	2,0
3,1	Transferências correntes	26.129,7	31.801,0	29.991,3	14,8	94,3	3,5
2,1	Outras Despesas Correntes	17.369,9	20.300,0	22.660,8	30,5	111,6	2,7
0,6	Juros da Dívida	4.876,9	9.634,8	8.241,0	69,0	85,5	1,0
12,0	Despesas correntes primárias	100.571,9	114.370,1	115.359,3	14,7	100,9	13,6
0,6	Despesas à Regularizar	5.283,6	0,0	0,0	-100,0		0,0
6,1	Desp. de Capital	50.619,7	73.963,6	38.165,1	-24,6	51,6	4,5
0,2	Desp. Capital (fin. Interno)	2.088,7	4.000,0	1.793,2	-14,1	44,8	0,2
5,8	Desp. Capital (fin. Externo)	48.531,1	69.963,6	36.371,9	-25,1	52,0	4,3
0,0	Esprestimos Líquido	0,0	0,0	0,0			0,0
18,7	Despesas primárias	156.475,2	188.333,7	153.524,4	-1,9	81,5	18,1
-3,9	SALDO GLOBAL	-32.754,6	-26.581,4	-31.684,7	-3,3	119,2	-3,7
-1,1	SALDO ORÇ. BASE (incl. A)	-9.241,7	-3.100,3	-17.922,8	93,9	578,1	-2,1
-0,3	SALDO PRIMÁRIO	-2.276,1	8.825,5	-9.762,6	328,9	-110,6	-1,1
-0,5	SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-4.364,7	4.825,5	-16.210,4	271,4	-335,9	-1,9
0,1	Ajustamento base caixa	595,8	0,0	-622,1	-204,4		-0,1
0,3	Resto a Pagar	2.651,0	0,0	11.523,7	334,7		1,4
-0,2	Pagamentos anos anteri	-2.055,2	0,0	-12.145,8	491,0		-1,4
	Atrasado dos juros externos			1.781,4			
4,1	FINANCIAMENTO	33.923,5	75.405,0	39.912,3	17,7	52,9	4,7
2,1	Financiamento Interno	17.599,8	51.924,0	27.411,1	55,7	52,8	3,2
2,1	Financ. Bancário	17.599,8	0,0	27.411,1	55,7		3,2
0,8	Banco Central	6.611,9	-	-7.126,9	-207,8	-	-0,8
0,8	Δ depósito Estado+FMI	6.611,9	-	-7.126,9	-207,8	-	-0,8
1,3	Banco Comerciais	10.987,9	0,0	34.538,0	214,3		4,1
-0,9	Depósitos nos Bancos	-7.166,4	-	2.831,0	-139,5	-	0,3
-0,9	depósitos do tesouro	-7.166,4	-	2.831,0	-139,5	-	0,3
0,0	Amort. Dos Bancos	-	-	-	-	-	0,0
2,2	Concours dos Bancos	18.154,3	0,0	31.707,0	74,7		3,7
0,0	Financ. não Bancário	-	51.924,0	-	-	-	0,0
2,0	Financiamento Externo	16.323,6	23.481,0	12.501,2	-23,4	53,2	1,5
2,2	Financ. aos Projectos	18.229,4	23.481,0	13.761,9	-24,5	58,6	1,6
0,0	Financ. aos Programa	-	-	-	-	-	0,0
	Warchip	0,0	0,0	600,0	-	-	
	Amort. Corr. Exigível	-1.902,0	-	-4.761,2	-	-	
	Reembolso do Principal	-1.905,7	-	-1.860,7	-	-	
-0,0	Var.N.atr.Amort.	-3,8	0,0	2.900,5	-76.714,1		0,3
0,2	GAP	1.764,6	48.823,6	7.605,5	331,0	15,6	0,9

Fonte: TOFE/MEF

QUADRO-11: DAS OPERAÇÕES DAS RECEITAS DO ESTADO

JANEIRO a DEZEMBRO (em mil Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2018	Prog. 2019	Exec. 2019	V.H.	Tx Exec.
Receitas Tributárias	77.587.692	95.377.029	79.116.639	2,0	83,0
<i>impostos directos</i>	23.555.386	27.398.177	28.076.354	19,2	102,5
Impostos sobre o rendimento	22.495.272	26.361.203	27.382.282	21,7	103,9
Outros impostos directos	1.060.113	1.036.974	694.072	-34,5	66,9
<i>impostos indirectos</i>	54.032.307	67.978.852	51.040.285	-5,5	75,1
Impostos s/Transacções Intern.	22.449.214	26.999.379	19.331.777	-13,9	71,6
Impostos sobre o consumo (IEC)	4.981.316	4.742.853	4.924.044	-1,1	103,8
Imposto Geral s/Vendas (IGV)	25.377.129	34.743.278	25.126.689	-1,0	72,3
Outros impostos indirectos	1.224.649	1.493.342	1.657.775	35,4	111,0
Receitas não Tributárias	20.708.136	27.818.618	26.480.043	27,9	95,2
Txs. Mult. & Penalidades	5.107.780	7.000.019	6.808.345	33,3	97,3
Taxas	5.039.036	6.672.671	6.242.691	23,9	93,6
Multas e penalidades	68.744	327.348	565.654	722,8	172,8
Tranferencias	1.918.904	11.805.370	10.821.461	463,9	91,7
Administrações publicas	1.918.904	1.572.441	1.900.446	-1,0	120,9
Exterior	0	10.232.929	8.921.015		87,2
Outros	0	0	0		
Venda de bens & Serviços	8.072.121	4.013.229	3.198.004	-60,4	79,7
Venda de bens nao duradouros	4.667.984	2.000	123	-100,0	6,2
Serviços	3.246.366	3.323.482	2.997.438	-7,7	90,2
Venda do pescado	157.772	687.747	200.444	27,0	29,1
Outras Rec. Corr. & Outros Rend. Dividendo	5.609.331	5.000.000	5.652.233	0,8	113,0

Fonte: TOFE/MEF

QUADRO-12: EVOLUÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA EXTERNA

Evolução recente do Stock da Dívida Externa Líquida da Guiné-Bissau			
PERÍODO	PIB	DÍVIDA LÍQUIDA EXTERNA	DÍVIDA LÍQUIDA
	Milhões FCFA	DA GUINÉ-BISSAU Milhões FCFA	EXTERNA % DO PIB
2006	309.467	522.865	169,0%
2007	333.385	494.597	148,4%
2008	387.197	510.673	131,9%
2009	390.403	499.102	127,8%
2010	420.515	81.606	19,4%
2011	518.288	93.837	18,1%
2012	505.079	110.006	21,8%
2013	519.798	113.493	21,8%
2014	521.246	160.466	30,8%
2015	603.430	159.328	26,4%
2016	698.685	186.360	26,7%
2017	783.988	203.552	26,0%
2018	836.008	266.322	31,9%
2019	850.217	319.041	37,5%

Fonte: MEF/DSD

QUADRO-13: REPARTIÇÃO DAS RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES FISCAIS

RECEITAS CORRENTES 2019.			
	2018	2019	V.H.
DGCI	36.107,3	42.895,6	18,8
R.F	33.903,7	40.465,8	19,4
R. n F.	2.203,6	2.429,8	10,3
DGA	46.939,5	41.660,9	- 11,2
R.F	43.684,0	38.650,9	- 11,5
R. n F.	3.255,5	3.010,0	- 7,5
Receitas Tributarias	77.587,7	79.116,6	
Receitas não Tributarias	20.708,1	26.579,9	
PESCA	4.776,2	15.401,0	222,5
Tesouro (Lic. 3G, Div, Mad)	10.472,8	5.739,1	- 45,2
TOTAL	98.295,8	105.696,6	7,5

Fonte: TOFE/MEF

QUADRO-14: CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

DESIGNAÇÃO	FUNCIONAMENTO		INVESTIMENTO		TOTAL REAL	TX.EXEC.	% PIB
	PREV.	EXEC.	PREV.	EXEC.			
FUNÇÕES DE DEFESA E SOBERANIA	44.159,6	39.139,6	87,3	87,3	39.226,9	88,7	4,7
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR	4.211,4	4.170,5	-	-	4.170,5	99,0	0,5
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.805,7	1.789,3	-	-	1.789,3	144,2	0,2
PRIMATURA	3.403,5	3.177,3	-	-	3.177,3	93,4	0,4
SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	994,1	850,8	-	-	850,8	85,6	0,1
TRIBUNAL DE CONTAS	705,9	484,3	-	-	484,3	68,6	0,1
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	1.366,6	1.240,5	-	-	1.240,5	90,8	0,1
MIN.NEG.ESTRANGEIROS,DA COOPER. I E DAS COMUNIDADES	4.714,9	3.431,9	-	-	3.431,9	72,8	0,4
SEC.ESTADO DAS COMUNIDADES	48,6	39,5	-	-	39,5	81,2	0,0
MIN DEFESA NACIONAL	13.415,6	13.138,5	87,3	87,3	13.225,8	97,9	1,6
MIN INTERIOR	8.555,3	7.253,6	-	-	7.253,6	84,8	0,9
Secret. DE COMBT.DA LIBERDADE DA PÁTRIA.	1.728,4	1.550,1	-	-	1.550,1	89,7	0,2
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL	482,7	381,3	-	-	381,3	79,0	0,0
SEC.ESTADO DE ORDEM PUBLICA	60,0	39,6	-	-	39,6	66,0	0,0
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	1.666,9	1.592,3	-	-	1.592,3	95,5	0,2
FUNÇÃO SOCIAL	25.986,1	23.651,5	300,0	257,0	23.908,5	91,0	2,8
MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA	5.730,4	4.540,5	300,0	257,0	4.797,5	79,6	0,6
MIN.PRESIDENCIA.C.MINISTROS E ASS.PARLAMENTARES	168,6	148,8	-	-	148,8	88,2	0,0
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO HOSPITALAR	27,5	7,1	-	-	7,1	25,7	0,0
SECRETARIA DE ESTADO DA JUV.CULTURA E DESPORTO	1.197,5	1.036,5	-	-	1.036,5	86,6	0,1
MIN. DA EDUCAÇÃO NACIONAL	17.978,3	17.528,5	-	-	17.528,5	97,5	2,1
MIN. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	883,8	390,0	-	-	390,0	44,1	0,0
FUNÇÕES ECONOMICA E FINANCEIRA	82.047,9	75.947,8	1.343,1	1.312,5	77.260,3	92,6	9,2
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS	27.203,6	25.526,2	-	-	25.526,2	93,8	3,1
SEC.ESTADO DO TESOURO	43.062,6	39.599,5	-	-	39.599,5	92,0	4,7
Pensões provisórias de aposentação	9.269,6	9.195,4	-	-	9195,4	99,2	1,1
SEC.ESTADO DO ORÇAMENTO E ASS. FISCAIS	383,7	371,0	-	-	371,0	96,7	0,0
SEC.ESTADO DE PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	453,6	343,2	367,2	336,6	679,8	82,8	0,1
MIN. DA AGRICULTURA E DESENVIMENTO RURAL	690,3	367,3	975,9	975,9	1.343,2	80,6	0,2
MIN. DAS PESCAS E ECON. MARITIMA	558,2	177,2	-	-	177,2	31,7	0,0
MINISTÉRIO DA FUN. PÚBLICA E REFORMA ADMINISTRATIVA	426,3	368,0	-	-	368,0	86,3	0,0
FUNÇÃO PRODUTIVA E INTRA-ESTRUTURA	1.521,6	1.204,5	126,4	126,4	1.330,9	80,8	0,2
MIN. DAS OBRAS PÚBLICAS CONSTRUÇÕES E URBANISMOS	297,6	231,4	-	-	231,4	77,8	0,0
MIN. DA ENERGIA INNDUSTRIA E RECURSOS NATURAIS	229,4	184,7	88,0	88,0	272,7	85,9	0,0
SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA	201,5	118,6	-	-	118,6	58,9	0,0
MIN. DO COMÉRCIO TURISMO E ARTESANATO	48,0	40,6	-	-	40,6	84,6	0,0
MIN. DO COMÉRCIO E INDUSTRIA	326,1	303,7	-	-	303,7	93,1	0,0
MIN. DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	212,5	159,2	38,4	38,4	197,6	78,8	0,0
MIN. DO AMBIENTE	206,5	166,3	-	-	166,3	80,5	0,0
SUB.TOTAL	153.715,2	139.943,4	1.856,8	1.783,2	141.726,6	91,1	16,9

Fonte: MEF/DGO

FICHA TÉCNICA

Coordenador

O Director Geral

Nivaldo CORREIA MENDES

E-mail: corre_ia@yahoo.fr

Site Web: www.mef.gv

Equipa Técnica

Óscar CUNHA

Samora GOMES

Raciato Bari SERRA

Sidónio dos SANTOS

Biaguito LOPES

Laudimila C. S. CAMARÁ

Emerino Lima NETO

Firmino Pera JOAQUIM

Stephanie Shirley D. M. CABRAL

Tidjane Si

Fernando MANÉ

Bedanhoba NA SALÚ

Debucada C. Sanca MENDONÇA

Dayvikson TAVARES

Serifo Inussa AIDARA LY

Adewusi MENDONÇA

Ernesto CORREIA

Priminha de Lurdes Cá

Sebastian SCHÄBER

Pesquisador e Apoio Técnico

Mestre Adulai Djaló

Colaboração de todas as Direções Gerais do Ministério da Economia e Finanças

